

Os ciclos longos e a conjuntura contemporânea

Carlos Eduardo Martins

Resumo

Neste artigo discutimos a pertinência dos ciclos longos para a análise da conjuntura contemporânea, destacando os ciclos sistêmicos e os de Kondratiev. Longe de adotarmos um enfoque determinista, postulamos que estes ciclos longos são parte das lutas de classes e que sua reprodução está ligada ao triunfo da acumulação burguesa, sendo inerente ao seu desenvolvimento. Na compreensão da conjuntura contemporânea e das respostas que os movimentos sociais podem lhe dar, enfatizamos a articulação entre estes ciclos e sua vinculação com as tendências seculares do capitalismo como os grandes condicionantes da individualidade histórica que vivemos.

Resumen

En el presente artículo se discute la pertinencia de los ciclos largos del capitalismo para analizar la coyuntura contemporánea, destacando los ciclos sistémicos y los ciclos de Kondratiev. Una vez que se adopta el enfoque determinista, el autor postula que estos ciclos largos son parte de la lucha de clases y que su reproducción está ligada al triunfo de la acumulación burguesa, lo cual es inherente a su desarrollo. Al comprender la coyuntura contemporánea y las respuestas de los movimientos sociales se enfatiza en la articulación entre estos ciclos y su vinculación con las tendencias seculares del capitalismo, como las grandes condicionantes de la individualidad histórica que vivimos.

Abstract

This article discusses the relevance of the long cycles of capitalism to analyze the current situation, highlighting the systemic cycles and the cycles of Kondratiev. Once it is adopted the determinist focus, the author postulates that this long cycles are part of a struggle of classes and that the reproduction is linked to the bourgeoisie accumulation triumph, which is inherent to its development. While understanding the current situation and the answers of the social movements, it is emphasized the articulation between these cycles and the linkage with the secular tendencies of capitalism, as the great determinant of the historic individuality that we are going through.

Neste artigo evidenciamos a relação entre as conjunturas sociais, políticas, econômicas e ideológicas e os ciclos no desenvolvimento histórico do capitalismo. Tratamos dos ciclos longos, em particular, dos ciclos de Kondratiev, sistematizados inicialmente por Nicolai Kondratiev, e dos ciclos sistêmicos, por teóricos braudelianos do sistema mundial, em particular, Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi e Beverly Silver.

Esses ciclos, de duração distinta, se articulam com as tendências seculares do capitalismo e estabelecem os marcos do desenvolvimento de suas conjunturas históricas. As determinações cíclicas e seculares da conjuntura não negam o papel do sujeito na produção da história. Ao contrário, refletem a hegemonia do projeto burguês de um sistema mundial capitalista. Conhecer o comportamento dos ciclos e seu papel na longa duração, confere grande capacidade prospectiva

às ciências sociais e permite utilizá-las como marco de orientação dos movimentos sociais para situar o marco dos objetivos e das possibilidades das ações anti-capitalistas.

Os ciclos sistêmicos

Os ciclos sistêmicos estão ligados à ascensão e crise de um Estado hegemônico no moderno sistema mundial e têm grande importância no desenvolvimento do capitalismo histórico. Sua teorização se desenvolve, principalmente, a partir do grupo que se reúne, desde os anos 1970, no Fernand Braudel Center, e encontra sua melhor expressão nas obras de Arrighi, Silver e Wallerstein.

Wallerstein foi o primeiro a sistematizar os ciclos sistêmicos. Apesar de seus limites na definição do conceito de hegemonia, o que restringirá o alcance da sua teoria dos ciclos, apresenta um modelo teórico que é de grande utilidade analítica. Este indica a oscilação entre uma situação de hegemonia,¹ de curta duração, onde um Estado exerce liderança econômica incontestada e, outra, de rivalidade, de longa duração. A utilidade de seu modelo está na explicação de como o *hegemón* passa dessa fase de liderança para a de decadência econômica. A passagem seria determinada pelo desenvolvimento do liberalismo global que o *hegemón* impulsiona.

O liberalismo global, para Wallerstein, possui duas dimensões: a liberdade de circulação dos fatores de produção e de mercadorias; e o estabelecimento de um ambiente de negociação no interior do *hegemón* e em sua relação com os Estados que dote de legitimidade a institucionalidade do sistema-mundo. Ambas implicam efeitos contraditórios. Aumentam a penetração e capacidade de persuasão da potência econômica, mas deterioram, posteriormente, esse poder. A circulação dos fatores de produção implica a difusão de *expertise* tecnológica, impulsionando aqueles países que estão no centro, ou perto da sua fronteira, à imitação e ao desenvolvimento de produtos, sem arcarem com os custos iniciais da inovação. E o desenvolvimento da negociação e da democracia interna implica concessões aos trabalhadores e aos técnicos que elevam os custos de produção do *hegemón* em relação aos seus competidores.

Arrighi e Silver (1999) criticam o modelo de Wallerstein, mas conservarão muitos de seus elementos para estabelecer uma teoria mais avançada dos ciclos sistêmicos. A primeira divergência está na definição restrita de hegemonia. Arrighi será pioneiro no desenvolvimento de um conceito amplo de hegemonia que ultrapassa a dimensão estritamente econômica e se vincula à capacidade de um determinado Estado estabelecer a institucionalidade da economia-mundo e definir, em seu favor, o interesse geral. Se é necessária a concentração de capaci-

¹ O conceito de hegemonia tem sido definido de maneira distinta dentro da teoria do sistema mundial. Wallerstein o define para designar o breve período de tempo em que uma potência expressa sua superioridade produtiva, comercial e financeira sobre as demais. Esses períodos teriam se desenvolvido entre 1625-1672 (hegemonia holandesa), 1815-1873 (hegemonia britânica) e 1945-1968 (hegemonia estadunidense).

dades produtiva, comercial, financeira e militar para instituí-la, não é necessário o monopólio de todos esses poderes para preservá-la. A definição mais abrangente de hegemonia, relacionada à capacidade de liderar a superestrutura política e ideológica do moderno sistema mundial, permite ao autor situar a quebra da convergência entre as lideranças produtiva, comercial e financeira como uma etapa que se desenvolve dentro da hegemonia, sem romper, necessariamente, com sua dimensão mais ampla.

Arrighi propõe um esquema cíclico fundado na hegemonia, que a divide nas seguintes fases: expansão sistêmica, crise sistêmica e caos sistêmico. A expansão sistêmica corresponde ao período progressista do desenvolvimento material da hegemonia, quando um determinado Estado concentra o diferencial de poder produtivo, comercial, financeiro, militar e ideológico necessário para estabelecer uma nova direção no sistema mundial. A ela se sucede uma fase B, de expansão financeira e depressão econômica, em que o Estado hegemônico vê seus poderes produtivo e comercial deteriorarem-se, mas reage ao declínio, desenvolvendo uma capacidade de acumulação financeira independente. Entram em contradição seus poderes financeiro e ideológico que se expandem e produtivo e comercial que se deterioram. Cria-se a rivalidade entre as forças financeiras e ideológicas que o *hegemón* conserva e os novos complexos de poder que emergem, beneficiando-se da crise dos poderes produtivo e comercial. O terceiro período, caótico e anárquico, que rompe a hegemonia, se estabelece quando o poder financeiro não pode mais se sustentar e o poder ideológico se dissolve e, com ele, a organização do interesse geral na economia-mundo. Essa fase é marcada por guerras de 30 anos e pela competição entre dois grandes blocos históricos que lutam para estabelecer novos marcos institucionais capazes de reorganizar o consenso no sistema mundial.

A segunda divergência que apontam Arrighi e Silver no modelo de Wallerstein refere-se à insuficiente historicidade. A institucionalidade sistêmica depende das formas particulares que assumem os complexos governamentais-empresariais em cada etapa cíclica. Não apenas a capacidade do competidor imitar a via de desenvolvimento do líder determina a sua queda e a crise cíclica, mas, sobretudo, a capacidade de estabelecer um novo paradigma organizacional que supere o sistema de inovação estabelecido. A afirmação desse novo paradigma muda as propriedades sistêmicas, ainda que mantenha o desenvolvimento de suas tendências seculares.

Arrighi distingue dois padrões organizacionais básicos e pendulares: o cosmopolita-territorialista e o nacionalista-corporativista. Eles não se repetem da mesma forma. Os ciclos representam padrões de repetição em torno de tendências seculares e evolutivas que são irreversíveis no desenvolvimento do moderno sistema mundial. Essas tendências são: no plano material, a acumulação ilimitada e, sua resultante contraditória, o descenso da taxa de lucro; e no plano superestrutural, o aumento das bases demográficas, territoriais e de legitimidade para o exercício do poder hegemônico. O avanço das tendências seculares implica que as situações ou questões se repetem de forma diferenciada, suscitando

encaminhamentos e respostas distintas, de acordo com a evolução específica das forças sociais e de seu grau de organização. Essa repetição diferenciada traz implicações para a medição dos ciclos sistêmicos, pois o desenvolvimento das tendências seculares do capitalismo produz efeitos sobre a extensão de cada repetição.²

O encurtamento dos ciclos sistêmicos

Wallerstein vincula o desenvolvimento da reprodução cíclica à expansão do liberalismo global. Essa afirmação deve ser matizada, pois cada ciclo possui sua institucionalidade específica. Mas é correto supor que em cada nova fase expansiva se amplia a internacionalização dos fatores de produção, não importa a forma organizacional que assuma, privilegiando a circulação de capitais, como no ciclo estadunidense, ou simultaneamente a circulação de mercadorias, como no ciclo britânico. No que toca à organização interna do Estado, seria mais correto afirmar que, internamente, cada *hegemón* zela por sua legitimidade, condição sem a qual seria inviabilizada a sua meta de ser a representação do consenso do sistema mundial.³

Feitas essas precisões, nos encontramos com os principais elementos de fundação e esgotamento do ciclo sistêmico. A internacionalização dos fatores de produção capitalista permite impulsionar a produção e a apropriação de mais-valia na economia-mundo. Mas cria um ambiente de difusão tecnológica que se torna um obstáculo ao *hegemón* quando prevalece sobre os benefícios que são auferidos por ele. A mesma lógica se aplica ao ambiente interno de legitimidade e negociação. Impulsiona a hegemonia, mas se torna um ônus na competição quando aumenta demasiadamente os custos de produção. Isso permite a transferência do dinamismo para competidores com outros fundamentos organizacionais. Quanto mais intensa a difusão tecnológica e consistente a base social do Estado hegemônico, mais curta será a duração de um ciclo sistêmico. Constitui-se então um padrão do comportamento cíclico do moderno sistema mundial: quanto mais avançadas suas tendências seculares, menores serão os ciclos sistêmicos.

² A combinação entre a perspectiva cíclica, que enfatiza a convergência, e a sistêmica, que sublinha as tendências seculares de evolução, abre às ciências sociais uma metodologia extremamente rica de análise, capaz de pensar a integração entre repetição e diferença ou entre retrospectiva e prospectiva. Contribui ainda para integrar determinação e indeterminação, pois afirma a historicidade das conjunturas ao indicar a individualidade das combinações que a estruturam e inscrever a ação no seio dos processos de existência. Essa perspectiva foi desenvolvida inicialmente por Nicolai Kondratiev, mas ganha maior sofisticação com a teoria do sistema mundial, desenvolvida nas obras de Immanuel Wallerstein, Giovanni Arrighi, Terence Hopkins, Beverly Silver e seus discípulos. Livros como *O longo século XX* (Arrighi, 1996) e *Chaos, Governance and Modern World System* (Arrighi y Silver, 1999) são expressão de uma pesquisa empírica destinada a explorar essas possibilidades. Seus autores buscam padrões de repetição, os longos séculos ou transições sistêmicas, para situar as tendências e as possibilidades de ação no século XXI.

³ Em cada hegemonia sucessiva, no plano intra-estatal, há um desenvolvimento do ambiente de negociação. Ela implica flexibilidade tributária com Gênova por parte do império espanhol, o posterior desenvolvimento de instituições parlamentares, o princípio da soberania popular, o desenvolvimento do sufrágio universal e do Estado de bem estar social.

Em *O longo século XX* (1996), Arrighi busca medir a duração desses ciclos e verificar o seu encurtamento. Estabelece como critério mais adequado de mensuração o intervalo entre as crises sinalizadoras –o sinal de outono, que encerra a expansão– de ciclos sucessivos. O faz pelo maior grau de consenso na localização destas crises e conclui pela expressiva redução de cada ciclo sistêmico: o genovês alcançaria cerca de 220 anos, 1340-1560; o holandês atingiria aproximadamente 180 anos, 1560-1740; o britânico teria em média 130 anos, 1740 e 1870; e o estadunidense chegaria a apenas cerca de 100 anos, 1870-1970.

Propomos outra periodização. Se situarmos essa duração no início de cada ciclo sistêmico, podemos ter uma previsão do encerramento do atual ciclo estadunidense. Para isso, é necessário partir dos marcos institucionais que fundam sua hegemonia, encerradas as guerras do caos sistêmico. O ciclo estadunidense dataria então de 1945-1950. Se somarmos os 100 anos a ele e excluirmos os períodos de cerca de 30 anos de caos sistêmico, entendidos como períodos de transição e não mais de hegemonia, podemos postular o seu término entre 2015 e 2020, quando a tarefa de garantir a instituição de outro sistema mundial deverá assumir a máxima urgência.

Os ciclos de Kondratiev

As visões do ciclo

Os ciclos de Kondratiev são outro movimento de grande importância que caracteriza o desenvolvimento do capitalismo histórico. Foram descobertos e inicialmente teorizados em 1913-1939: entre o fim do crescimento longo da primeira década do século XX, a conjuntura recessiva que se segue e o limiar da posterior recuperação. Nesse contexto, os principais autores das teorias dos ciclos longos foram J. Van Gelderen, Nicolai Kondratiev e Joseph Schumpeter. Atribui-se a Van Gelderen a descoberta dos ciclos longos, cuja paternidade teria ficado obscurecida por redigir em holandês. Mas a primeira exposição mais sistemática e abrangente sobre o tema foi feita, nos anos 20, por Kondratiev, que não conhecia os artigos de Van Gelderen.

O principal trabalho de Kondratiev é *Los ciclos largos de la coyuntura económica* (1926). Ele distingue, desde fins do século XVIII, ciclos longos de aproximadamente 48 a 60 anos, divididos em fases A, de crescimento econômico, e B, de recessão.⁴ Ao periodizar esses ciclos o autor admite uma margem de indefinição para determinar essas oscilações, de 5 a 7 anos, a partir do que se apresentam com suficiente clareza. Para Kondratiev, os ciclos não são tendências absolutas,

⁴ Kondratiev apresenta a seguinte periodização: o primeiro ciclo teria uma fase ascendente, de 1789 até 1810-1817, e outra descendente, até 1844-1851; no segundo, a ascensão iria de 1844-1851 até 1870-1875, enquanto o descenso se localizaria entre 1870-1875 e 1890-1896; finalmente ele distingue um terceiro ciclo que se inicia em 1891-1896 e cujo ascenso termina em 1914-1920, quando começa o descenso, cujo fim, Kondratiev, fuzilado por Stalin, em 1938, não pode analisar.

mas, sobretudo, oscilações em torno de tendências evolutivas. Ele afirma que o capitalismo é um sistema em expansão, cujo nível de equilíbrio é móvel. Os ciclos representam oscilações em torno a essa mobilidade e devem ser observados como fenômenos que afetam as taxas de expansão do capitalismo, modificando qualitativamente sua intensidade.

Kondratiev utiliza os seguintes indicadores para observar os ciclos longos: os preços mercantis, a taxa de juros,⁵ o salário nominal, o comércio exterior, a extração e consumo de carvão, a produção de ferro e chumbo, e a carteira de banco e os depósitos. Desses indicadores, apenas os preços mercantis e as taxas de juros não apresentam tendências evolutivas.⁶ Os demais deverão ter seus valores divididos pelo número de habitantes para a construção de séries teóricas que reflitam as taxas de expansão *per capita*.

Segundo Kondratiev, os ciclos são desvios dos preços de mercado em relação aos preços de produção. Os preços de mercados representam preços de equilíbrio quando a oferta e a procura se equivalem. Seguindo Marx, assinala que essa equivalência raramente se apresenta e apenas possui importância teórica e concreta como abstração ou resultante das diversas situações de desvio. Para Kondratiev existem três tipos de ciclos que correspondem às relações entre obsolescência/demanda ou desgaste/tempo de produção de distintas mercadorias da sociedade capitalista. Essas mercadorias são:

- a) Os bens de consumo, matérias primas e meios de produção que requerem pouco tempo e gastos para sua produção. A eles correspondem os ciclos descobertos por Kitchin, de aproximadamente 4-5 anos;
- b) Os meios de produção que requerem um prazo médio para serem construídos e certo volume de gastos e dão lugar a ciclos de 7-11 anos, descobertos por Juglar, e
- c) Os meios de produção básicos que propiciam os ciclos longos. Eles funcionam por dezenas de anos, requerem gastos e tempo consideráveis para serem construídos e formação de força de trabalho qualificada.

A introdução na economia capitalista das inovações radicais, proporcionadas pela renovação dos meios de produção básicos, modificaria a estrutura dos preços de produção e alteraria o nível de equilíbrio em favor dos grupos inovadores. Mas para eles serem introduzidos, não bastaria sua disponibilidade física. Vários outros elementos são necessários. Sua inexistência responde por anos de atraso entre a invenção e a sua aplicação na economia, sob a forma de inovação. Kondratiev indica quatro pressupostos para a transformação de invenções em inovações: a existência dos fundos de capitais capazes de realizar os investimentos necessários à sua introdução; a lucratividade dos investimentos, proporcionada por uma curva

⁵ A falta de dados para uma observação detalhada das taxas de juros faz o autor utilizar em seu lugar as cotizações dos títulos de renda fixa, pois elas variam na proporção inversa desses.

⁶ Nesse caso, as oscilações cíclicas se dão em torno de valores absolutos.

de acumulação superior à de inversões; a concentração de capital em poderosos centros empresariais; e a constituição de um sistema de crédito que tome o capital barato e abundante. Essas são condições organizacionais que devem ser constituídas para a aplicação massiva de um novo ciclo de inovações.

Desencadeado o ciclo econômico, ele encontraria limites para a sua expansão indefinida, que se tornariam um obstáculo efetivo após 25-30 anos, quando a curva de investimento se elevaria acima da curva de acumulação. Isso se explica pelo crescimento da obsolescência dos meios de produção e da demanda por capital para investimento que a competição inter-capitalista impulsiona. O resultado seria a inflexão negativa na curva de geração de excedentes e uma elevação das taxas de juros que encareceria o investimento e derrubaria o lucro, estabelecendo uma onda descendente-depressiva. A onda descendente, por sua vez, prepararia as condições para num prazo semelhante criar as bases do estabelecimento de outro ciclo longo.

O descenso estimula a busca por inovações tecnológicas que contribuam para baratear os custos de produção. Derruba os preços, detém o crescimento da taxa de juros para posteriormente reduzi-la ao eliminar o excesso de demanda por capital e elevar o entesouramento direcionado a ativos fixos, como o ouro e os títulos de renda fixa. O entesouramento permite a determinados grupos se beneficiar da queda de preços e cria uma dinâmica especulativa em torno dos ativos fixos. O resultado é a elevação do valor do ouro que atinge o auge durante o ponto mais baixo da queda de preços. Entretanto, esse aumento do valor do ouro estimula a sua produção. Isso se torna possível em razão da disponibilidade de inovações tecnológicas capazes de elevar a curva de acumulação e da existência de poupanças entesouradas. O aumento na produção de ouro derrubaria seu valor e elevaria os preços, criando a abundância de capitais necessária para a montagem de um sistema de crédito que impulsionaria a aplicação massiva de um conjunto de inovações capaz de estabelecer um novo ciclo de desenvolvimento.

O ciclo longo condicionaria os ciclos de Juglar e os de Kitchin, impondo-lhes a sua tonalidade dominante. As fases A implicariam a predominância nos Juglars e Kitchins dos períodos de ascensão, seja por sua maior intensidade ou maior duração, e o inverso ocorreria durante as fases de descenso do ciclo longo.

Esse é o esquema central das oscilações cíclicas no pensamento de Kondratiev. Ele se explica, para o autor, principalmente por elementos econômicos, ainda que variáveis políticas como transtornos sociais e militares possam levar a gastos improdutivos e agravar a intensidade das oscilações. Mas Kondratiev sofrerá fortes críticas, entre elas se destaca a de Trotsky. Este autor afirma que diferentemente dos ciclos de 10 anos, analisados por Marx, os períodos longos analisados por Kondratiev incluíam elementos exógenos à acumulação capitalista, como o são a aquisição de novos países e continentes, a descoberta de novos recursos naturais, as guerras e revoluções na ordem superestrutural. Esse argumento será retomado em debates posteriores por Ernst Mandel em *O capitalismo tardio e The Long Waves of the Capitalism Development* (1980), ainda que de forma mais matizada.

Kondratiev se defende das críticas de Trotsky, procurando afirmar a forte dependência dos fenômenos tecnológicos, geo-políticos e superestruturais ao ciclo econômico e suas fases. Ele menciona que os descobrimentos técnicos e científicos não são aleatórios e que as novas técnicas estão disponíveis muito antes de sua aplicação prática, cabendo sua incorporação à economia por razões ligadas ao funcionamento dos ciclos. O mesmo se pode dizer da incorporação de novos territórios, cuja descoberta precede largamente sua integração à economia mundial capitalista, como é o caso de Argentina, Canadá, Austrália e Nova Zelândia. As guerras e revoluções também não são aleatórias e Kondratiev as vê como próprias dos períodos de ascensão. Elas correspondem às lutas por mercados e matérias-primas e à projeção impetuosa das novas forças econômicas sobre as estruturas obsoletas.

Richard Day (1977) faz uma boa análise desse debate e mostra que a polêmica indica duas grandes óticas de observação das sociedades capitalistas. A de Kondratiev que, ao sublinhar a existência de um equilíbrio móvel, indica a presença de leis gerais do desenvolvimento capitalista, das quais os ciclos são uma forma específica de expressão. A de Trotsky, que assinala a existência de fases não-básicas e não-periódicas do desenvolvimento capitalista que são resultado da combinação de elementos externos e internos à sua lógica de acumulação. Os ciclos endógenos do capitalismo, supostamente os Juglars, atuam dentro delas e representariam as fases secundárias e periódicas.

A visão de Kondratiev apresenta inequívocas vantagens sobre a de Trotsky nesse campo de análise. Não abandona a tese das leis gerais do desenvolvimento do capitalismo e permite pensá-las dialeticamente, pois cada momento deste é ao mesmo tempo específico e parte de suas leis gerais. Os ciclos giram em torno do equilíbrio que apresenta tendências evolutivas, tornando cada repetição cíclica um momento específico do desenvolvimento do capitalismo. O enfoque de Trotsky inviabiliza a aplicação da lógica dialética à análise desse desenvolvimento. Ao postular a centralidade de fases básicas e não-periódicas, fruto da conjugação de elementos externos e internos ao capitalismo, ele torna fugidio e irrealizável o conceito de leis gerais do desenvolvimento do capitalismo, preocupação fundamental de Marx, em *O Capital* e nos *Grundrisse*.

Nos parece que o equívoco central de Trotsky, a separação metodológica entre o externo e o interno ao capitalismo, está relacionado à dificuldade de diferenciar dois níveis de análise que na realidade concreta, desde o desenvolvimento da revolução industrial, se apresentam fortemente integrados: o do modo de produção capitalista e o do capitalismo histórico. Não há lei do modo de produção capitalista que não atue sobre elementos externos a ela, externalidade esta que se refere em última instância à particularidade e individualidade dos elementos que compõem as condições concretas de existência. Mas apenas se pode falar de modo de produção capitalista quando esses elementos estão articulados pela lógica da produção e apropriação de mais-valia. É a articulação que o define, mas ela não esgotará a irreduzibilidade do histórico. Só há modo de produção capitalista mediante o desenvolvimento do capitalismo histórico. Essa irreduzibilidade

levará Braudel a mencionar a existência de uma civilização material, portadora de hábitos, gestos, alimentos e procedimentos milenares. A geografia, a tecnologia, os produtos e os valores em si mesmos não definem o capitalismo, mas sim a maneira de articulá-los. Uma vez que se postule que a lógica capitalista é suficientemente forte para predominar nessa articulação, criando processos históricos seculares, teorizar as tendências gerais do desenvolvimento capitalista se torna uma necessidade analítica e política para uma compreensão libertária. Os processos históricos estão presentes não apenas nos ciclos longos, mas em qualquer ciclo que represente o desenvolvimento capitalista e não negam, necessariamente, suas leis gerais.

O debate entre Trotsky e Kondratiev traz à tona uma questão fundamental que será desenvolvida em debates posteriores sobre os ciclos: a questão da liberdade humana que aparentemente a existência dos ciclos parece negar. Ela aparece na postulação de Trotsky de autonomia relativa da superestrutura diante dos fenômenos econômicos e mesmo em sua capacidade de transformá-los por meio de guerras ou revoluções. Kondratiev dará a chave da resposta, ainda que não a desenvolva suficientemente: as guerras, as revoluções e comoções sociais são parte dos próprios ciclos longos e um componente fundamental de seu desenvolvimento. Os ciclos longos ainda que possuam uma lógica econômica que é reitora em seu desenvolvimento, abarcam amplos processos sociais e geopolíticos.

Entretanto, faltou a Kondratiev evidenciar que os ciclos longos representam processos em que a lógica econômica articula as dimensões sociais e geo-políticas. Frisamos aqui a palavra articulação. Seu funcionamento designa um comando da lógica econômica sobre dimensões que possuem uma autonomia relativa. Os conflitos entre essa autonomia e as tentativas de comando fazem parte dos marcos temporais do ciclo. E podem mesmo levar à sua ruptura. Podemos afirmar que no ciclo longo a lógica econômica da acumulação capitalista se projeta sobre os elementos tecnológicos, sociais, políticos e geográficos, buscando funcionalizá-los ao seu desenvolvimento. O êxito determina a continuidade dos ciclos; a autonomia desses elementos, a ruptura desse processo. Nesse sentido, a luta de classes é um componente fundamental dos ciclos de Kondratiev e pode estabelecer sua continuidade ou ruptura. A vitória global da burguesia nas lutas de classe, desde o século XIX, vem determinando sua reprodução ampliada.

Portanto, a questão da liberdade não pode ser dirigida contra os ciclos longos, uma vez que as lutas de classe os compõem. Para ser reafirmada deve sê-la contra o próprio conceito de desenvolvimento capitalista, o que representaria uma individuação metodológica e uma confrontação com a realidade empírica de resultados pouco plausíveis.

Apesar da riqueza de seus aportes há muitas insuficiências no pensamento de Kondratiev. Ele não utiliza como indicador das fases cíclicas a taxa de lucro, principal sismógrafo do desenvolvimento capitalista, nem o PIB *per capita*, principal instrumento de mensuração da expansão material. Não hierarquiza seus indicadores, o que dá lugar a dificuldades de registro das mudanças das ondas cíclicas, que se manifestam num tempo muitas vezes demasiadamente longo –5 a 7 anos– para

caracterizá-las. A importância das lutas de classe como parte dos ciclos é, muitas vezes, subdimensionada –ainda que não haja nenhuma necessidade teórica de fazê-lo– e os processos tecnológicos, políticos, geográficos e territoriais aparecem eventualmente determinados e não condicionados pela lógica econômica do ciclo. As ondas cíclicas poderiam também ser subdivididas para melhor explicação de seu funcionamento, em particular, o da taxa de juros durante o descenso.

Schumpeter, em *Business Cycles* (1939), apesar de cometer retrocessos metodológicos, em relação a Kondratiev vai fornecer importantes elementos para o desenvolvimento da teoria dos ciclos longos. Ele desenvolverá a compreensão do fenômeno da inovação e apresentará um modelo mais detalhado das ondas cíclicas, subdividindo-as em quatro fases (recuperação, prosperidade, recessão e depressão) que representam no conjunto cerca de 60 anos.

Para definir os ciclos, Schumpeter parte de um modelo walrasiano de equilíbrio estático, fundado na competição perfeita, que supõe uma sociedade baseada no pleno equilíbrio entre a oferta e a demanda e na perfeita mobilidade de mercadorias e fatores de produção. Essa sociedade é estacionária. Produz a cada ano as mesmas quantidades de bens e serviços, em situação de pleno emprego, e não deixa nenhuma demanda insatisfeita. Para o autor, os ciclos significariam movimentos de afastamento e restauração do equilíbrio em novos formatos. Mas como seriam gerados, já que se parte dessa definição estacionária de sociedade capitalista, oriunda do pensamento neoclássico?

Schumpeter afirma que o capitalismo é impulsionado para fora de sua imobilidade por fatores externos a ele: a inovação e o empresário. O empresário será o agente de introdução de inovações e, em princípio, não pertence a nenhuma classe social determinada, embora em caso de sucesso se eleve à condição de capitalista. As inovações, para o autor, designam novas mercadorias, formas de organização ou mercados que estabelecem modificações radicais na combinação dos fatores de produção, incapazes de serem assimiladas por ajustes nas funções de produção existentes.⁷ Elas geram para as firmas que as introduzem um *premium*: o lucro. Schumpeter o vê como uma renda diferencial que não pode ser atribuída a nenhum fator de produção (capital, trabalho ou terra) por um processo de imputação de custos. O lucro desencadeia um processo de competição, fundado na busca por inovações, que provoca sua difusão e, ao final, implica na eliminação da renda diferencial e na volta ao equilíbrio.

O ciclo representaria esse processo de saída e volta ao equilíbrio, impulsionado por empresários e inovações. O equilíbrio a que se voltaria seria diferente do inicial, fundado na competição perfeita. As inovações alterariam as funções de produção que a sustentam, elevando as escalas tecnológicas e inviabilizando a decomposição infinitesimal dos insumos produtivos. O resultado seria a restrição à mobilidade

⁷ Segundo Schumpeter, a função produção é uma base tecnológica que associa quantidades determinadas de insumos (trabalho, agentes naturais, matéria-primas e equipamentos) às quantidades de produtos, mediante as formas organizacionais em que podem ser combinados para a tarefa produtiva.

de mercadorias e fatores produtivos e a criação de novas bases societárias, entre as quais Schumpeter distingue o oligopólio e a competição monopólica.

O autor elabora um modelo cíclico de quatro fases que complementa e desenvolve seu modelo básico de duas fases. A onda de prosperidade é desencadeada a partir da introdução de inovações radicais por empresários. Para isso eles tomam emprestado recursos dos bancos que fornecem o crédito. A baixa pressão inicial da demanda sobre o crédito permite que o lucro se situe, a princípio, bem acima do juro. O êxito das firmas inovadoras eleva a demanda de empréstimos e impulsiona a subida das taxas de juros. Esse processo logo derrubaria os lucros que seriam consumidos pela competição e pelos juros, não fosse pelo fato de a inovação se apresentar em *clusters*, se desdobrando num fluxo de inovações secundárias e terciárias. Essa trajetória do fluxo de inovações seria a base para a articulação dos ciclos de Kondratiev, dos Juglars e dos Kitchins:

As inovações secundárias e terciárias renovariam a prosperidade, empurrando a renda diferencial para acima dos efeitos da competição. Mas uma vez esgotado o fluxo de uma família de inovações, a competição reduziria os lucros a zero e se conjugaria com a intertemporalidade entre juros e lucros para conduzir à recessão de longo prazo. Schumpeter menciona que a prosperidade freqüentemente conduziria a excessos de concessão de crédito, descolando-o da inovação, base para o pagamento dos juros. Isso traria como resultado o desdobramento da recessão numa depressão que ultrapassaria o ponto de equilíbrio da destruição de ativos e poderia conduzir a um movimento autônomo de liquidação. Caso fosse detida, sucederia à depressão um período de recuperação que conduziria novamente à economia a um novo equilíbrio.

Schumpeter traz elementos muitos ricos para a análise dos ciclos de Kondratiev. O conceito de *clusters* ou família de inovações permite analisar os condicionamentos recíprocos entre os Kondratiev, os Juglar e os Kitchins, abrindo um campo amplo para a análise de prospectiva. Entretanto, ele baseia seu enfoque numa visão equivocada do capitalismo e sua dinâmica. O lucro é visto apenas como renda diferencial e não como um fenômeno geral e estruturante do capitalismo. Por isso, atribui sua existência à ação de forças externas sobre a realidade capitalista e não à sua lógica interna. O resultado é uma incapacidade de perceber as tendências seculares do capitalismo e os ciclos como parte de seu desenvolvimento. Os ciclos são vistos como situações particulares, ligadas à ação dos *clusters* de inovações. As inovações e os processos de destruição criativa apenas serão analisados como próprios do capitalismo, uma vez que os fundamentos básicos desses *clusters* estejam estabelecidos e impulsionem a luta competitiva. Entretanto, uma vez que se esgotem, não há garantia de uma retomada dos ciclos de inovações, pois não há instrumento teórico que permita essa postulação, já que o autor não endogeniza a mudança tecnológica no capitalismo. Essa percepção limitará os pensamentos schumpeteriano e neo-schumpeteriano que conferirão ao conceito de paradigma tecnológico uma dimensão demasiadamente abrangente, apesar de sua enorme utilidade, não articulando-o à lei do valor como instância que o fundamenta e o explica historicamente.

Com o boom do pós-guerra, o pensamento sobre ciclos cai em desuso diante das pretensões keynesianas de realizar políticas anti-cíclicas que afastem os riscos de recessão. A literatura sobre ciclos de Kondratiev volta a se desenvolver com o esgotamento da fase ascendente do ciclo do pós-guerra. Ela reaparece principalmente na literatura marxista, através de Ernst Mandel e Theotônio dos Santos, na literatura neo-schumpeteriana, com Christopher Freeman, Carlota Pérez e Luc Soete e na literatura sobre sistema mundial, com Immanuel Wallerstein e André Gunder Frank.

Mandel retoma a problemática dos ciclos de Kondratiev num conjunto de trabalhos em que se destacam duas obras clássicas: *O capitalismo tardio* (1972) e *the Long Waves of the Capitalism Development* (1980). A sua grande contribuição foi trazer a taxa de lucro como indicador para a análise desses ciclos, o que vai exigir uma revisão metodológica de suas causas e dinâmica. Tanto em Kondratiev como em Schumpeter, o elemento central na geração dos ciclos longos era a apropriação de riquezas por meio da competição inter-capitalista. A inovação dava lugar ao lucro extraordinário ou a uma renda diferencial que eram ameaçados pela difusão das inovações. Embora essa seja uma dimensão importante do funcionamento dos ciclos, não esgota a sua dinâmica. O lucro extraordinário não dará lugar a uma onda longa expansiva se não estiver associado a uma elevação da taxa média de lucro.

Mandel estabelece um modelo de análise das ondas longas, situando a taxa de lucro como um de seus elementos centrais. A fase de ascensão da onda longa é determinada por inovações radicais que: desvalorizem substancialmente o capital fixo e o capital circulante (matérias-primas e insumos produtivos de baixo valor agregado); aumentem a taxa de mais-valia e, conseqüentemente, a massa de mais-valia, ao reorganizar o processo de trabalho; intensifiquem a rotação do capital, e derrubem as taxas de juros ao centralizar capital e disponibilizar crédito abundante. Entretanto, a partir de meados do desenvolvimento da fase expansiva da onda longa, a taxa de lucro entra em trajetória declinante. Isso ocorre em razão da elevação da composição orgânica do capital, do emprego e da demanda por matérias primas. A pressão sobre os custos aumenta a demanda por créditos e impulsiona as taxas de juros e a inflação. O resultado é uma intensificação das lutas de classes e da competição inter-capitalista que, em aproximadamente dez anos, derruba a taxa de lucro para níveis de recessão. A fase recessiva da onda longa se caracteriza por uma primeira parte onde as taxas de juros permanecem elevadas e as lutas de classes intensificadas. Isso se deve à demanda de crédito para pagamento de dívidas e às resistências dos trabalhadores à racionalização e reorganização do processo de trabalho sob o comando do capital. Na segunda fase da recessão, o capital centraliza as finanças, derruba as taxas de juros, e vence as resistências dos trabalhadores para introduzir inovações tecnológicas e racionalizar o processo de trabalho com inovações organizacionais. A fase recessiva geraria um sub-investimento crônico que somado à centralização de capitais, à disponibilidade de novas tecnologias, às inovações organizacionais e à elevação da taxa de mais-valia, permite disponibilizar os recursos necessários para desenvolver outra onda longa expansiva.

Mandel, entretanto, mantém um enfoque crítico ao conceito de ciclos longos. Ele prefere se referir ao conceito de ondas longas que considera menos determinístico. O autor parte das teses de Trotsky, que já criticamos, de que as ondas longas se baseiam na conjugação de elementos externos e internos. Mas ele vai matizar a importância dos elementos externos. Mandel afirma que, dos elementos externos, os subjetivos são cada vez mais os centrais. A força tecnológica do capitalismo subordina de forma crescente os elementos geográficos e físicos às necessidades da acumulação. A indeterminação para que as ondas funcionem como ciclos estará nos componentes sócio-políticos e superestruturais. Mas Mandel vai circunscrever o período de hegemonia dos fatores externos. Ele se concentra num período de cerca de 10-15 anos depois que estala a crise, quando os elementos políticos são decisivos para determinar a sorte da racionalização capitalista. Para o autor, a passagem da onda longa expansiva de acumulação capitalista para a recessiva é determinada economicamente, mas a inversa, da recessão para a expansão, é determinada por fatores externos.

A literatura neo-schumpeteriana trará importantes aportes à análise das ondas longas. Ela dará bastante ênfase à relação entre os aspectos tecnológicos e organizacionais na explicação de seu desenvolvimento. Essas contribuições consagrarão as teses de Kondratiev e de Schumpeter sobre a existência de ciclos ligados a bens de longa durabilidade. São desenvolvidos os conceitos de paradigma tecnológico, paradigma tecno-econômico, sistemas tecnológicos, trajetórias tecnológicas⁸ que afirmarão a articulação sistêmica entre uma convergência tecnológica e um conjunto de inovações radicais, secundárias e terciárias. De grande importância será a crítica que os neo-schumpeterianos farão a autores como Mensch e Schmookler (Freeman, Clark & Soete, 1982). Eles mostrarão que o paradigma tecnológico que entrelaça e impulsiona as inovações de uma onda expansiva, não será estabelecido durante o período longo recessivo, mas sim na fase final da onda expansiva anterior. Ele é desenvolvido a partir de um conjunto de tecnologias que durante a vigência de um determinado paradigma apresentam uma trajetória limitada, mas que ao convergirem criam um novo padrão tecnológico. A ferrovia, o aço barato, a linha de montagem e o chip microeletrônico foram introduzidos ao final da onda longa expansiva ou, no mais tardar, aos primeiros anos da recessiva.

A razão para o atraso dessas aplicações tecnológicas vai ser organizacional e gerencial. Para que o novo paradigma tecnológico se transforme num paradigma tecno-econômico é necessário um conjunto de inovações gerenciais e organizacionais

⁸ Os conceitos de paradigma tecnológico e de trajetórias tecnológicas foram desenvolvidos por Dosi, o de paradigma tecno-econômico por Carlota Pérez e o de sistema tecnológicos por Freeman, Clark & Soete, no início dos anos 80. O conceito de paradigma tecnológico se concentra no caráter convergente e sistêmico estabelecido por uma determinada inovação sobre os produtos e processos. Por paradigma tecno-econômico procura-se enfatizar a aplicabilidade econômica de um determinado paradigma tecnológico, em razão do barateamento radical dos custos. Por trajetórias tecnológicas vai designar-se o percurso de inovações dirigido num paradigma, enfatizando as suas determinações sociais. Por sistemas tecnológicos se indica a combinação de inovações radicais e incrementais que, juntamente, com as inovações organizacionais e gerenciais os constituem (Freeman, Clark & Soete, 1982).

em níveis empresariais, políticos, sociais e ideológicos. Ele deverá reduzir os custos de produção, elevar a produtividade e as oportunidades de lucratividade, permitindo a aplicação massiva das novas tecnologias. Esse enfoque pode ser combinado com a contribuição marxista, de inclusão da taxa de lucro na análise das ondas longas, como reconhecem Freeman, Clark & Soete (1982) e Theotônio dos Santos (1994).

Durante a crise de uma onda longa abrem-se janelas de oportunidade na economia internacional para o *catching-up*, isto é, para saltos nas posições hierárquicas na economia internacional de acordo com a capacidade de um determinado país de combinar as inovações tecnológicas e organizacionais requeridas pelo novo paradigma. Esse tema será desenvolvido, particularmente, na literatura neo-schumpeteriana por Carlota Pérez. Embora este conceito seja útil, a autora exagera essas possibilidades ao não articular o conceito de paradigma tecnológico com as tendências seculares do capitalismo histórico, que supõem uma divisão internacional do trabalho e uma competição monopólicia limitadoras dessas possibilidades, nem com os ciclos sistêmicos, mais abrangentes que os Kondratiev.

Theotônio dos Santos irá retomar a perspectiva cíclica de Kondratiev. Desde 1971, o autor vem trabalhando nessa direção ao publicar *La crisis norteamericana y América Latina*. Ele explica os ciclos longos a partir de inovações tecnológicas radicais que provoquem mudanças significativas na composição orgânica do capital, no exército industrial de reserva, nos níveis salariais, nas formas institucionais –concentração empresarial, centralização financeira, internacionalização do capital, e intervenção estatal– e em consequência disto, na taxa de lucro. Antes mesmo da formulação do conceito de ciclos sistêmicos, ele irá visualizar a crise aberta pelo Kondratiev na economia estadunidense, como o ponto de partida da deterioração de sua hegemonia. O autor voltará ao tema em *Os elos perdidos de uma teoria elegante* (1994) e “La cuestión de las ondas largas” (1998), onde buscará integrar as diversas contribuições marxistas sobre a crise e os aportes neo-schumpeterianos.

Para Theotônio, a crise de longo prazo do Kondratiev significa uma convergência das crises de acumulação, desproporção, realização e de queda da taxa de lucro. A crise de acumulação está ligada ao auge econômico. Nele a difusão de tecnologias atinge seu limite superior e o resultado é uma forte pressão competitiva sobre o consumo de força de trabalho, matérias-primas, maquinarias e crédito, implicando em aumentos de preços e na elevação dos juros que derrubam a taxa de lucro. Mas essa crise não é especificamente a da tendência decrescente da taxa de lucro. A crise da tendência decrescente da taxa de lucro está relacionada ao aumento da composição orgânica do capital para realizar uma nova onda de inovações, o que restringe essa iniciativa. Para deslançar uma outra onda de inovações é necessário elevar a produtividade do trabalho, acumular e centralizar capitais. Surge a exigência de construir novos padrões de gestão empresarial, intervenção estatal e internacionalização do capital. A crise de realização está ligada ao fato de que a produção de mercadorias ultrapassa a demanda para consumi-la. Ela se desenvolve num cenário de competição acirrada entre capitais

e, em última instância, se explica pelo crescimento desigual entre mercadorias e salários. A crise de desproporção está ligada aos desequilíbrios entre volume de produção e demanda de insumos dos setores I, produtor de bens de capital, e II, produtor de bens de consumo. As restrições ao consumo individual fazem pender a acumulação em favor dos segmentos de produção de maquinarias, que se desvia em parte do dinamismo dos bens de consumo, articulando-se ao desenvolvimento da dívida pública. Na fase final de crescimento das ondas longas há uma progressão descontrolada da dívida pública que a maior lentidão da expansão da economia não permite cobrir, pondo a descoberto a desproporção latente.

As teorias do sistema mundial, na versão do Fernand Braudel Center, utilizam também os ciclos de Kondratiev, ainda que dêem mais ênfase aos ciclos sistêmicos. Na versão de Gunder Frank (1998), postula-se a extensão dos Kondratievs a períodos milenares, mas não se oferece base estatística suficiente para essa postulação. Uma vez descritos esses diversos enfoques dos ciclos de Kondratiev, chegou o momento de fazermos um balanço do tema.

Os ciclos e a conjuntura contemporânea

A teoria dos ciclos de Kondratiev fornece um instrumento analítico indispensável para a análise das conjunturas. Acompanhamos as teses que situam a origem desses ciclos, a partir de fins do século XIX, quando surge a revolução industrial. Eles estão ligados à substituição dos fundamentos tecnológicos de um modo de produzir e, como tal, implicam uma ampla renovação das formas de vida, trazendo amplas mudanças institucionais, políticas, sociais, ideológicas e econômicas. Essa articulação das formas centrais de produção em torno de um insumo-chave tecnológico é claramente evidente a partir da produção de maquinarias e outras formas de capital fixo.

Os ciclos de Kondratiev são oscilações em torno das tendências seculares do capitalismo histórico, marcadas pela acumulação ilimitada, como sugere Nicolai Kondratiev. Esses ciclos devem ser medidos a partir das oscilações da expansão do PIB *per capita* e da taxa de lucro, como assinala Ernst Mandel. Suas fases expansivas generalizam cachos de inovações que se manifestam em trajetórias tecnológicas que desenvolvem inovações primárias, secundárias e terciárias em torno de um paradigma tecnológico, como afirma a literatura schumpeteriana e neo-schumpeteriana. As fases recessivas significam a convergência das crises de acumulação, desproporção, realização e da tendência decrescente da taxa de lucro, como afirma Theotônio dos Santos. A superação da fase recessiva exige uma reformulação institucional e organizacional que implica novos padrões empresariais de internacionalização do capital e centralização financeira, novo regime de regulação do trabalho e da força de trabalho, e novas formas de intervenção estatal e de liderança internacional, como assinala esse autor retomando em parte a literatura neo-schumpeteriana.

Como sugerem os neo-schumpeterianos, ao final de cada onda expansiva precedente se constitui um novo paradigma tecnológico e sua difusão se torna uma

questão econômica, social, institucional e política, não uma questão técnica. Consideramos útil a subdivisão das fases ascendentes e descendentes, correspondentes aos limites superiores e inferiores de suas curvas. Podemos situar na ascensão, uma primeira fase de prosperidade e outra de maturidade. No descenso, podemos situar uma primeira etapa de recessão e outra de depressão.

Em termos das implicações sociais e políticas das fases dos Kondratievs, é importante nos determos por um momento nas observações de Nicolai Kondratiev e de Ernst Mandel. Nicolai Kondratiev sugere que os períodos de ascenso são os de maior convulsão social e guerras. Sedição social porque representam a etapa em que as forças da renovação se chocam com as da obsolescência e abrem o caminho para a onda expansiva. Guerras porque constituem os momentos em que se aguça a competição por mercados e matérias-primas. Ernst Mandel, inversamente, sugere que os períodos de recessão são aqueles em que mais se aguçam as lutas de classe. Elas se desenvolvem durante a etapa final de crescimento e eclodem durante parte do período de recessão.

Em relação a essa polêmica, consideramos que tanto Kondratiev como Mandel têm razão, embora sejam importantes algumas qualificações. Kondratiev, interessado em destacar a reprodução dos mecanismos cíclicos, enfatiza as tensões do ascenso, que são as de ajuste às forças dinâmicas de um novo padrão de acumulação capitalista. Mandel interessado em destacar as possibilidades de romper a acumulação de capital, enfatiza as crises que podem ameaçá-la, que são do descenso. Entretanto, é importante destacar que mais que a ascensão ou a recessão em si, os períodos de intensa tensão social são aqueles de virada de uma etapa a outra. É o choque de uma classe trabalhadora, no auge de sua organização subjetiva, com uma situação de recessão que a estimula para se lançar à ofensiva. É o choque das forças emergentes de um novo padrão organizacional da acumulação de capital com as resistências do atraso, que impulsiona a concentração das grandes transformações.

Encontramos, portanto, nos ciclos, pontos chaves de tensões sócio-políticas, uns de maior intensidade potencial e outros de menor envergadura. Os de maior concentração de tensões são os da transição da maturidade à recessão e da depressão à prosperidade. Os outros pontos de transição são os de passagem da recessão à depressão e da prosperidade à maturidade.

As tensões que se acumulam na transição da maturidade à recessão, são as de maior explosão. Mas nem sempre as de maior institucionalização, ainda que haja exemplos disso. Elas, são por exemplo, as unificações alemã (1862-1870) e italiana (1859-1870), o estabelecimento da Era Meiji (1868), a Comuna de Paris (1871), os primórdios da Revolução Mexicana e Chinesa (1911), as crises que levaram à Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a Revolução Russa de 1917, as lutas sociais que precederam e seguiram o maio de 1968, a Primavera de Praga, a Guerra do Vietnã e seus impactos sócio-políticos, a ofensiva terceiro-mundista na década de 70, a experiência de governo socialista no Chile (1970-1973), a revolução islâmica no Irã. As tensões que se concentram na transição da depressão à prosperidade são impactantes, mas têm em geral maior poder de

institucionalização que as anteriores. São elas a Guerra do Ópio (1841) que leva a anexação de fato da China, a contenção pelos liberais dos movimentos socialistas em 1848, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a criação da ONU (1945), a independência da Índia (1947) e a Revolução Chinesa (1949).

Os períodos de transição da prosperidade à maturidade tendem a ser períodos de transformações progressistas, que antecipam parcialmente os conflitos posteriores. Neles se desenvolveram o início da unificação alemã e italiana, a Guerra da Secessão nos Estados Unidos (1861-1865), a Revolução Russa (1905), a Conferência de Baundung (1955), a crise húngara (1956), a Revolução Cubana (1959). Os períodos de transição da recessão à depressão tendem a ser os de maior reacionarismo, pois são aqueles em que a destruição surge como um objetivo explícito. Neles se desenvolveram a corrida colonial para o continente africano entre os países europeus, nos anos 1880; a ascensão do fascismo, nos anos 1930, como uma força protagônica na Europa e no mundo, e a ascensão do neoliberalismo nos anos 1980, como uma força hegemônica da economia mundial.

Em razão do ajuste à nova etapa ascensional do Kondratiev ser fundamentalmente político e institucional é possível uma passagem da recessão à prosperidade, saltando-se a fase depressiva. Esse, por exemplo, foi o caso dos países latino-americanos nos anos 1930. Essa trajetória, em geral, é dirigida por forças progressistas que introduzem, desde o Estado, significativas transformações institucionais em seus países.

A expressão concreta das características gerais dos ciclos de Kondratiev pode ser maior ou menor, dependendo de coincidir ou não com a oscilação dos ciclos sistêmicos. Como os Kitchins e os Juglars absorvem em suas oscilações as tendências dominantes do Kondratiev, este incorporará as tendências prevaletentes do ciclo sistêmico. Os períodos ascensionais ou descendentes dos Kondratievs variarão em intensidade e/ou extensão conforme a tonalidade dominante da onda sistêmica. Isto não se limita à dimensão econômica, mas se estende às tendências políticas dos Kondratievs. As épocas de conjugação entre a fase descendente sistêmica e outra ascendente do Kondratiev, foram de grande mediocridade na capacidade de impulsionar reformas. O período de 1896-1913 permaneceu caudatário da institucionalidade criada entre 1870-1890, que impulsionou a partilha colonial, embora ocorressem movimentos importantes como as fases iniciais das revoluções russa, mexicana e chinesa, que contribuíram para as grandes transformações posteriores. Mas esse padrão institucional só veio a se dissolver, realmente, nos anos de caos sistêmico entre a década de 1910-1940, ainda que sobrassem restos a serem eliminados nos anos 1950, 1960 e 1970.

A época em que vivemos combina o movimento de descenso de um ciclo sistêmico, o estadunidense, e a emergência do novo Kondratiev. Do ponto de vista sistêmico pesa sobre a conjuntura um período de pálidos resultados econômicos e sócio-políticos, que permanece largamente caudatário das transformações estabelecidas durante a depressão dos anos 1980, marcada pelo apogeu do neoliberalismo. Isso explica a sua força. Mas alguns fatos devem ser considerados. O primeiro é que a fase expansiva do atual Kondratiev, iniciada em 1994, inicia

sua transição à maturidade, o que desata forças reformadoras e revolucionárias. E o segundo, e mais importante elemento a ser tomado em consideração, é que o balanço entre as forças sistêmicas e anti-sistêmicas é muito mais favorável às últimas hoje, do que a cem anos atrás. Isso abre possibilidades para uma atuação mais firme das forças socialistas e democráticas na direção da economia mundial, o que pode criar o ambiente para uma transição relativamente pacífica a um novo sistema mundial, a ser estabelecida, a partir do esgotamento da fase expansiva do novo Kondratiev.

Mas essa possibilidade não se estabelecerá facilmente. Ela terá de superar as tendências do ciclo sistêmico que se desenvolvem da recessão para a depressão (caos sistêmico) e desatam forças ultrareacionárias, impulsionando uma nova ofensiva fascista. Todavia, o tempo histórico se acelera e os ciclos sistêmicos perdem sua capacidade de articulação, pois as tendências seculares do capitalismo, que os impulsionam, se debilitam pelo avanço da revolução científico-técnica e seus efeitos de médio e longo prazo sobre o trabalho assalariado e a taxa de lucro. É nesta encruzilhada que estaremos nas próximas décadas do século XXI e aprofundar o seu conhecimento é indispensável para uma resposta efetiva dos movimentos sociais à desagregação do moderno sistema mundial que se anuncia.

Referências bibliográficas

- ARRIGHI, Giovanni (1996), *O longo século XX*, Rio de Janeiro, Contraponto.
- y B. SILVER (1999), *Chaos, Governance and Modern World System*, Minnesota, Minnesota Press.
- DAY, Richard (1977), "La teoría del ciclo prolongado de Kondratiev, Trotsky y Mandel", en *Críticas de la economía política (edición latinoamericana)*, México, núm. 4, julio-septiembre, pp. 54-74.
- DOS SANTOS, Theotônio (1971), *La crisis norteamericana y América Latina*, Santiago de Chile, Prensa Latinoamericana.
- (1978), *Imperialismo y dependencia*, México, Editorial Era.
- (1994), *Os elos perdidos de uma teoria elegante*, Niterói, mimeo.
- (1998), "La cuestión de las ondas largas", en J. E. REYNO, A. GIRÓN y O. MARTÍNEZ (coordinadores), *La globalización de la economía mundial: principales dimensiones en el umbral del siglo XXI*, México, Instituto de Investigaciones Económicas, UNAM.
- DOSI, Giovanni et al. (1988), *Technical Change and Economic Theory*, London, Pinter Publishers.
- FREEMAN, C., J. CLARK & L. SOETE (1982), *Unemployment and Technical Innovation: A Study of Long Waves and Economic Development*, London, Pinter Publishers.
- GUNDER FRANK, André (1998), *ReOrient: Global Economy in Asia Age*, California, California University Press.
- KONDRATIEV, Nicolai (1926), *Los ciclos largos de la coyuntura económica*, México, UNAM, 1992.

- MANDEL, Ernst (1972), *O capitalismo tardio*, São Paulo, Abril Cultural.
- (1980), *The Long Waves of the Capitalism Development: The Marxist Interpretation*, Cambridge, Cambridge University Press.
- MARTINS, Carlos Eduardo (2003), *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*, São Paulo, Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo, tese de doutorado.
- PÉREZ, Carlota (1986), *Las nuevas tecnologías: una visión de conjunto*, mimeo.
- SCHUMPETER, J. (1939), *Business Cycles: a Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process*, Philadelphia, Porcupine Press, 1989.
- TROTSKY, León (1977), "La curva del desarrollo capitalista", en *Críticas de la economía política (edición latinoamericana)*, México, núm. 3, abril-junio, pp. 3-13.
- WALLERSTEIN, Immanuel (2000), *The Essential Wallerstein*, New York, The New Press.

Agosto de 2005